

MONITOR FISCAL

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Dezembro/2017 (Dados de Outubro/2017)



Desempenho Fiscal

União registra deficit primário de R\$ 96,7 bilhões até outubro de 2017, após a meta de deficit anual ter sido alterada para R\$ 162,0 bilhões pela Lei 13.480/2017. No âmbito do governo central, expectativas de mercado apontam para deficit anual de R\$ 157,4 bilhões, muito próximo do limite da meta de deficit de R\$ 159,0 bilhões constante da LDO vigente.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2017

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		META LDO		DIFERENÇA (B)-(A)
	EM OUTUBRO	ATÉ OUTUBRO (A)	ORIGINAL	ALTERADA (B)	
Setor Público Consolidado	4,8	-77,4	-143,1	-163,1	-85,8
União	4,6	-96,7	-142,0	-162,0	-65,3
Governo Central	5,0	-95,9	-139,0	-159,0	-63,1
Empresas Estatais Federais	-0,4	-0,8	-3,0	-3,0	-2,2
Estados e Municípios	0,2	19,4	-1,1	-1,1	-20,5

Fonte: Banco Central para valores realizados e Lei 13.408/2016 (LDO 2017), atualizada pela Lei 13.480/2017.

O resultado primário da União em outubro de 2017 foi superavitário em R\$ 4,6 bilhões. Nada obstante, no ano, o deficit acumulado é de R\$ 96,7 bilhões. Entre componentes do resultado, destaca-se a participação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que registrou deficit primário de R\$ 155,2 bilhões no período. Descontado o INSS, portanto, o resultado fiscal da União acumulado até outubro seria superavitário em R\$ 58,5 bilhões.

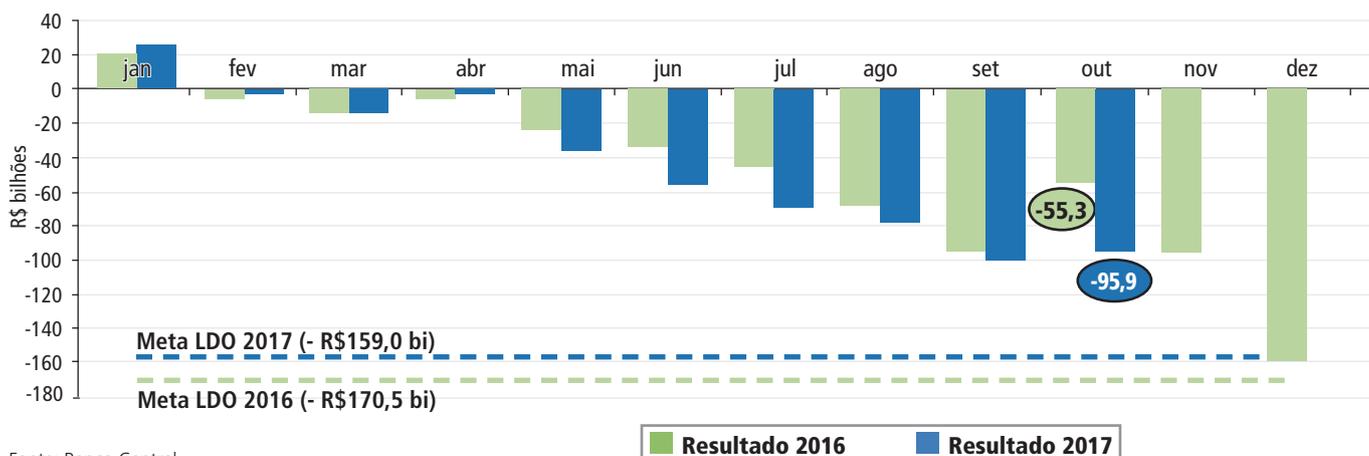
Em face do sério risco de descumprimento das metas fiscais originalmente fixadas, apontado em edições anteriores, o Poder Legislativo aprovou projeto que originou a Lei 13.480/2017, com vistas à ampliação das metas de deficit anual, conforme retratado no quadro acima.

Prospectivamente, destaca-se que, no âmbito do governo central (que abrange governo federal, INSS e Bacen, mas exclui as estatais federais), a mediana das projeções de mercado informadas pelo Prisma Fiscal, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (edição de novembro), aponta para deficit de R\$ 157,4 bilhões em 2017. Tal resultado é muito próximo do limite da meta de deficit de R\$ 159,0 bilhões constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

O atual quadro fiscal revela que, mesmo com a entrada em vigor do Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional 95/2016), instituído com vistas à contenção de despesas e geração de resultados fiscais mais favoráveis, persiste o grave cenário de dificuldade de resgate do equilíbrio das contas públicas.

B. DESEMPENHO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (2016-2017)

Resultado primário acumulado do ano (2016 - 2017)



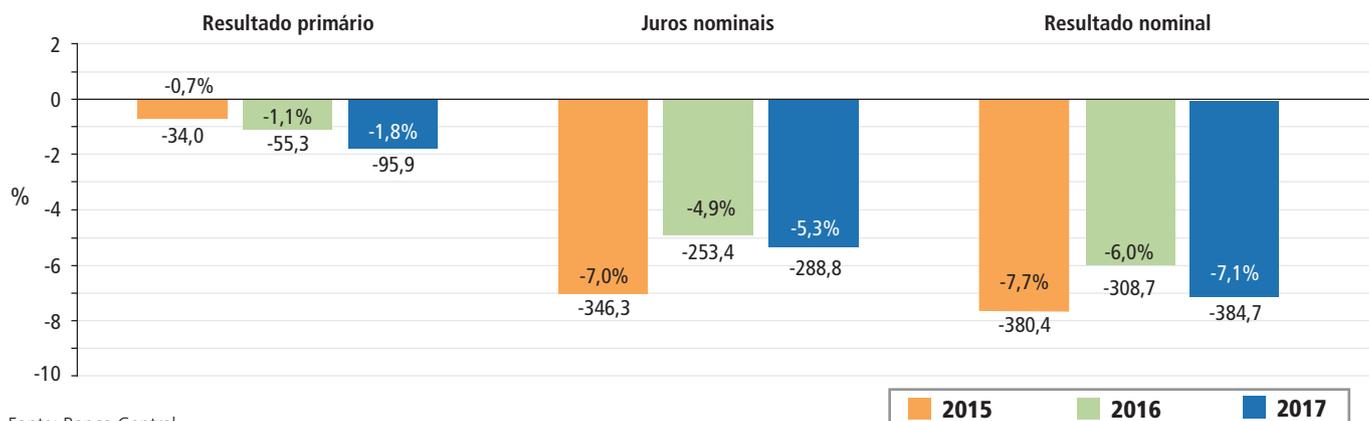
Fonte: Banco Central.

Em outubro de 2017, o governo central apresentou superávit primário de R\$ 5,0 bilhões, frente a déficit de R\$ 39,1 bilhões apurado no mesmo mês de 2016. No acu-

mulado do ano, o resultado foi deficitário em R\$ 95,9 bilhões (1,8% do PIB). No mesmo período de 2016, o déficit primário acumulado foi de R\$ 55,3 bilhões (1,1% do PIB).

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2015-2017)

Resultados fiscais do governo central — Janeiro a Outubro (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central.

O resultado nominal do governo central até outubro de 2017 foi deficitário em R\$ 384,7 bilhões (7,1% do PIB). Em 2016, o déficit acumulado no mesmo período havia sido de R\$ 308,7 bilhões (6,0% do PIB).

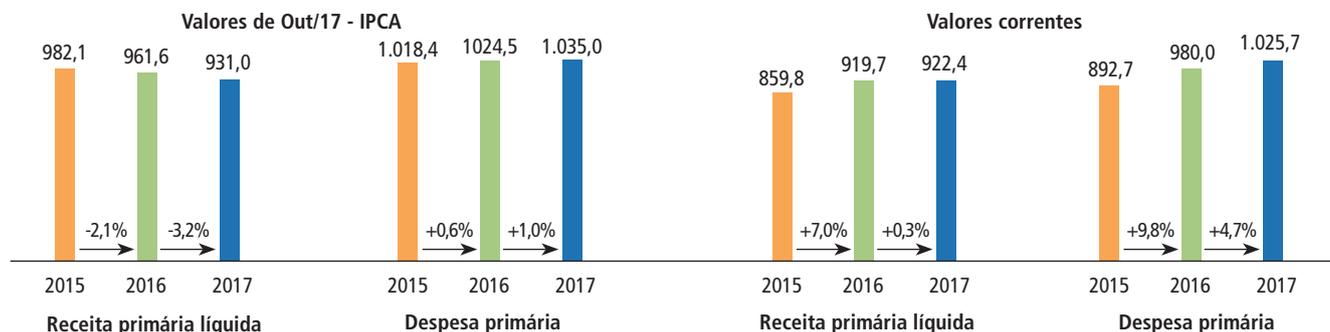
Os juros nominais líquidos, apropriados por competência, alcançaram R\$ 288,8 bilhões (5,3% do PIB) até outubro deste ano, comparativamente aos R\$ 253,4 bilhões (4,9% do PIB) apurados no mesmo período do ano anterior.

Não obstante as últimas reduções da taxa básica de juros promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom),

atualmente no patamar de 7,5% a.a., as despesas reais com juros tendem a se manter elevadas ao longo do ano, tendo em vista a queda da inflação. Esse fato, somado à persistência do déficit primário e ao baixo crescimento econômico, mantém inalterado o preocupante cenário de crescimento do nível da dívida pública, conforme registrado no item F, ainda que a tendência de aumento da dívida tenha sido atenuada levemente.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Janeiro a Outubro (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional.

A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou queda real de 3,2% no período de janeiro a outubro de 2017, relativamente ao mesmo período de 2016. Por sua vez, a despesa primária teve aumento real de 1,0%.

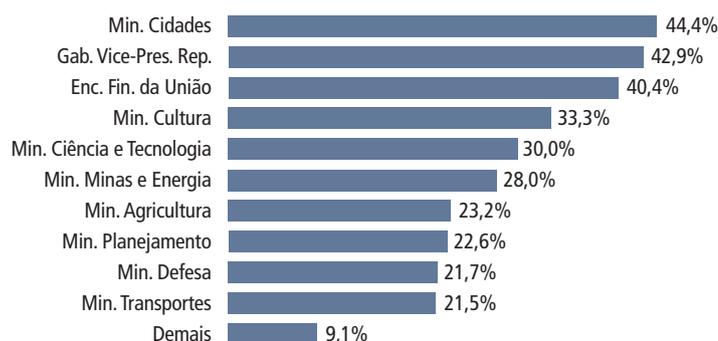
A preços de outubro de 2017, o superávit primário do Governo Central passou de R\$ 42,0 bilhões em outubro de 2016 para R\$ 5,2 bilhões no mesmo mês de 2017, o que representou redução de R\$ 36,8 bilhões (87,6%) no resultado. Essa variação decorreu da expressiva redução da receita líquida em R\$ 32,3 bilhões (23,9%) e da elevação de R\$ 4,4 bilhões (4,7%) da despesa total. A acentuada queda da receita relativamente a 2016 é explicada basicamente

pela arrecadação da repatriação de recursos (R\$ 45,1 bilhões) em outubro de 2016, sem contrapartida em 2017. O crescimento nas despesas foi afetado em especial pela elevação do pagamento de benefícios previdenciários, de R\$ 3,4 bilhões.

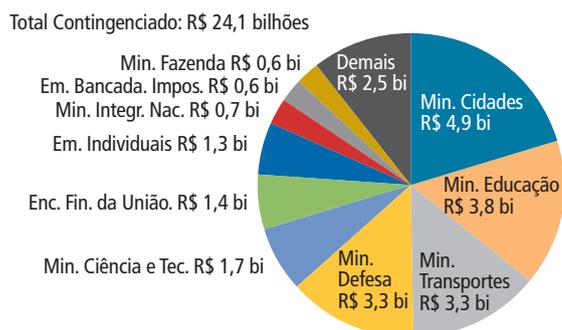
No acumulado do exercício, o acréscimo na despesa é explicado sobretudo pela antecipação do pagamento de precatórios, no valor de R\$ 18,1 bilhões. Saliente-se que o crescimento das despesas não foi superior devido à elevada redução nas despesas discricionárias, chegando a uma redução de R\$ 29,8 bilhões, no acumulado até outubro, em relação ao mesmo período do exercício anterior.

E. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Contingenciamento por Órgão (% da dotação atual)



Contingenciamento por Órgão (R\$ bilhões)



Fonte: Decreto 8.961/2017, atualizado até o Decreto 9.205/2017, e Siga Brasil. Para as emendas individuais e as de bancada impositivas no Poder Executivo, foram utilizados os montantes de execução obrigatória, R\$ 8,47 bilhões e R\$ 4,26 bilhões respectivamente, já reduzidos em razão do ajuste decorrente da Receita Corrente Líquida (RCL) do ano anterior. Em ambos os casos, o percentual de contingenciamento foi de 15,3%.

Conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º bimestre de 2017, o Poder Executivo apurou a possibilidade de ampliar em R\$ 7,5 bilhões o limite de empenhos das despesas discricionárias da União. Essa ampliação de empenhos (descontingenciamento) decorre da elevação da estimativa de receitas líquidas de transferências em R\$ 5,0 bilhões e da redução de R\$ 2,5 bilhões na previsão de despesas primárias.

O crescimento da estimativa de receitas é devido tanto ao aumento da reestimativa da receita administrada pela Receita Federal do Brasil de R\$ 3,5 bilhões como também das receitas não-administradas de R\$ 4,0 bilhões. Neste particular, destaca-se o resultado dos leilões de concessão das usinas hidrelétricas não renovadas pela CEMIG, como também da 14ª rodada relativa aos campos de exploração

de petróleo, que obtiveram receitas em montantes superiores à previsão original em mais de R\$ 4,0 bilhões.

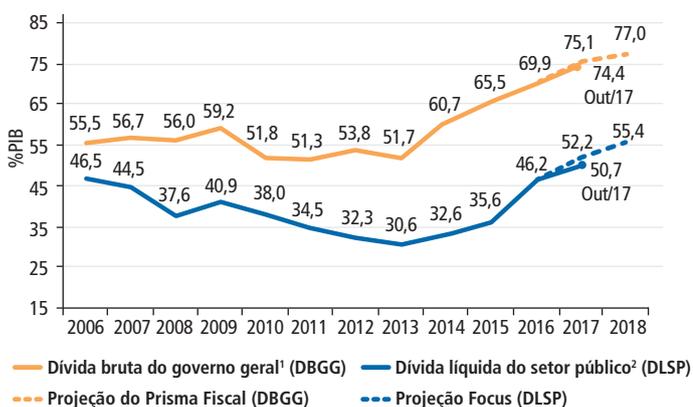
Pelo lado da despesa, destacam-se as reduções na projeção de despesas com abono e seguro-desemprego de R\$ 2,1 bilhões e com subsídios e subvenções de R\$ 1,6 bilhão, contrapostas a acréscimos verificados nas projeções de pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social de R\$ 1,4 bilhão, de benefícios da Lei Orgâ-

nica da Assistência Social de R\$ 0,8 bilhão e de pessoal e encargos sociais de R\$ 0,5 bilhão.

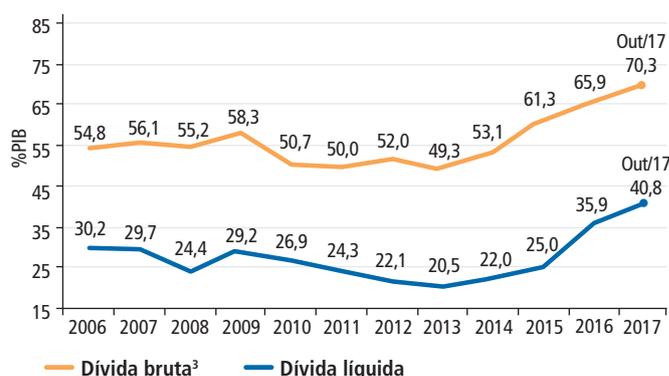
Editado o Decreto 9.205/2017, encontram-se contingenciados R\$ 24,1 bilhões da dotação atualizada até o mês de novembro, conforme detalhamento do gráfico, o que equivale a 16,2% das despesas discricionárias autorizadas do Poder Executivo, que correspondem a R\$ 148,4 bilhões.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)

Setor público consolidado - 2006 a out/2017



Governo Federal - 2006 a out/2017



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal de novembro/2017 e Relatório Focus de 24/11/2017. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

A dívida bruta do governo geral (DBGG) cresceu 0,5 p.p. em relação ao fim de setembro de 2017 e alcançou 74,4% do PIB (R\$ 4,8 trilhões). Os grandes componentes da DBGG são a dívida mobiliária do Tesouro Nacional, que correspondeu a 50,8% do PIB (R\$ 3,3 trilhões) em outubro, e as operações compromissadas do Banco Central, que representaram 18,1% do PIB (R\$ 1,2 trilhão). A dívida mobiliária federal interna totalizou R\$ 3,3 trilhões (50,9% do PIB) em outubro, registrando decréscimo de R\$ 0,5 bilhão em relação ao mês anterior. O resultado refletiu resgates líquidos de R\$ 25,6 bilhões, acréscimo de R\$ 0,5 bilhão em razão da depreciação cambial, e incorporação de juros de R\$ 24,6 bilhões.

Os resultados fiscais deficitários do mês de outubro, comentados nos itens A a C, mantêm a tendência de alta do endividamento público. Segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de novembro, a DBGG deve alcançar 75,1% do PIB ao final deste ano e 77,0% do PIB ao término de 2018.

A dívida líquida do setor público (DLSP) totalizou R\$ 3,3 trilhões (50,7% do PIB) em outubro, com redução de aproximadamente 0,1 p.p. em relação ao mês anterior. No ano, a elevação de 4,6 p.p. na relação DLSP/PIB decorreu da incorporação de juros nominais (aumento de 5,2 p.p.), do déficit primário (aumento de 1,2 p.p.), do reconhecimento de dívidas (aumento de 0,1 p.p.), do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 1,7 p.p.), da desvalorização cambial acumulada de 0,5% (redução de 0,1 p.p.) e do ajuste de paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (redução de 0,2 p.p.).

No que tange exclusivamente ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 0,4 p.p. em outubro de 2017 frente ao mês anterior e alcançou 70,3% do PIB (R\$ 4,5 trilhões). Por sua vez, a dívida líquida federal caiu 0,2 p.p. no período e registrou 40,8% do PIB (R\$ 2,7 trilhões).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
Consultora-Geral: Ana Claudia C. S. Borges
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D'Ávila, Aritan Maia, Arthur Kronenberger, Bruno Rocha, Eduardo Rodriguez, Flávio Luz, Ingo Luger, Marcel Pereira, Paulo Bijos, Renan Milfont e Rafael de Fraia e Souza.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal